

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 165.790 - RJ (2019/0137304-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**SUSCITANTE** : GREEN LIFE EXECUCAO DE PROJETOS AMBIENTAIS LTDA  
- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO - RJ094605  
FELIPE BRANDÃO ANDRÉ E OUTRO(S) - RJ163343  
FERNANDA ROCHA DAVID E OUTRO(S) - RJ201982  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE  
JANEIRO - RJ  
**SUSCITADO** : JUÍZO AUXILIAR EM EXECUÇÃO DA VARA DO TRABALHO  
DE SÃO PAULO - SP  
**INTERES.** : RICARDO ALEXANDRE MENDES

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência suscitado por Green Life Execução de Projetos Ambientais Ltda - em recuperação judicial, com pedido de liminar, em face do Juízo de Direito da 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ e do Juízo Auxiliar em Execução da Vara do Trabalho de São Paulo/SP.

Aduz que, em 9.4.2019, foi deferido seu pedido de recuperação judicial pelo Juízo de Direito da 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ, passando ele a ser competente para todas as ações que versem sobre bens, interesses e negócios da empresa e que afetem a recuperação.

Afirma que, "de outro lado, tem-se o Juízo Auxiliar em Execução do TRT-2, perante o qual tramitam a Reclamação Trabalhista nº 00113700-92.2006.5.02.0088 ("Processo Piloto") e o Pedido de Providências nº 0000571-62.2018.5.02.0000, instaurado a pedido da Corregedoria Regional para apurar a existência de uma suposta holding familiar denominada "Grupo Ammon", na qual a Green Life – que sequer atua no Estado de São Paulo – foi equivocadamente incluída", sendo "dragada" para mais de um mil e seiscentas ações trabalhistas.

Afirma que na referida demanda foi proferida decisão determinando que as execuções voltadas às sociedades integrantes fossem reunidas em um só processo e, na mesma oportunidade o Juízo do Trabalho, "determinou que as prefeituras e órgãos municipais com os quais a Green Life havia celebrado contratos para execução de serviços de limpeza urbana fossem oficiados e orientados a depositar os recebíveis por serviços prestados, medidos e faturados em conta vinculada ao Juízo Auxiliar em

# *Superior Tribunal de Justiça*

Execução do TRT-2. Ou seja, por conta de dívidas de outras empresas, foram bloqueados 100% das receitas da Green Life, uma empresa saudável e sem maiores problemas para honrar seus compromissos".

Aduz que referido bloqueio, aliado ao inadimplemento de órgãos públicos com a Green Life, causou o descasamento das contas da Green Life e levou a suscitante a ajuizar pedido de recuperação judicial, distribuída para o Juízo da 6ª Vara Empresarial da Capital do Rio de Janeiro e, desse modo, "com o deferimento do pedido, em 10.04.2019 o Juízo Recuperacional recomendou, por meio de ofício, que o Juízo Auxiliar em Execução do TRT-2 liberasse os bens bloqueados, inclusive os pagamentos feitos pelos órgãos públicos às contas vinculadas àquele Juízo, transferindo-os para uma conta judicial à disposição do Juízo Recuperacional", tendo o Juízo trabalhista entendido "pela retenção dos valores bloqueados e depositados anteriormente a 09.04.2019, ao fundamento de que deixaram de integrar o patrimônio da Green Life antes do pedido de recuperação judicial", ficando clara, assim, a configuração de conflito de competência.

Liminar deferida às fls. 193/197, informações dos Juízos suscitados às fls. 202/205 e 300/308. Parecer do Ministério Público Federal às fls. 295/299 opinando pelo conhecimento do conflito, declarando-se competente o Juízo da recuperação judicial.

Às fls. 209/291 foi juntada petição da suscitante na qual afirma que o Juízo do trabalho não deu cumprimento aos termos a liminar aqui deferida.

Eis os fundamentos pelos quais deferi a liminar:

Assim postos os fatos, verifico que a questão discutida nos autos já foi, reiteradamente, decidida por esta Corte que entendeu que, "com a edição da Lei 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais (...)" (CC 110941/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, DJe 1º/10/2010).

Tal entendimento tem como finalidade dar efetividade aos princípios norteadores do instituto da recuperação judicial, notadamente ao disposto no art. 47 da Lei nº 11.101/05, segundo o qual "a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e

dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

Desse modo, são, pois, incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência da empresa devedora.

Nesse sentido são, dentre outros, os seguintes acórdãos:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.

2. O Juízo universal é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, ainda que o crédito seja anterior ao deferimento da recuperação judicial, devendo, portanto, se submeter ao plano, sob pena de inviabilizar a recuperação. Precedentes do STJ.

3. Competência do Juízo de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara Cível de Santa Helena de Goiás/GO, para o prosseguimentos de execuções trabalhistas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 148.536/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/03/2017, DJe 15/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.

2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

# Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 144.592/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 03/11/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES TRABALHISTAS. ATRATIVIDADE. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

A manutenção de execuções trabalhistas individuais, aplicando-se isoladamente o disposto no art. 6º, §5º, da LF n. 11.101/05, afrontaria os princípios reitores da recuperação judicial.

Prevalência do princípio da preservação da empresa (art 47). Competência do juízo universal.

.....  
.....

(CC 111074/DF, rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Segunda Seção, DJe de 04/10/2010)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. Com a edição da Lei n. 11.101, de 2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF); por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, ex vi dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização

da empresa recuperanda.

**3. A Segunda Seção do STJ tem entendimento jurisprudencial firmado no sentido de que, no estágio de recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05.**

4. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 110287/SP, rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Seção, DJe de 29/03/2010)

Verifico que, de fato, no presente caso, foi deferida a recuperação judicial da suscitante pelo Juízo de Direito da 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ (fls. 147/149), e que o Juízo Auxiliar em Execução da Vara do Trabalho de São Paulo/SP, apesar de ter reconhecido a competência do Juízo da recuperação judicial para atos que atinjam bens ou valores da suscitante, apenas o fez em relação às constrições posteriores ao deferimento da recuperação, ao fundamento de que "os bens direitos e valores penhorados em data anterior à concessão da recuperação judicial à executada deixaram de integrar o seu patrimônio, servindo de garantia aos credores trabalhistas".

O Juízo de Direito da 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ informou que "o processamento da Recuperação Judicial da suscitante, deferido em 09.04.2019, está seguindo os trâmites dentro da cronologia prevista na Lei 11.101/2005, tendo sido apresentado o Plano de Recuperação Judicial e encontrando-se em fase de elaboração, pelo Administrador Judicial, a relação de credores prevista no §2º do artigo 7º da LFRE, mediante análise da documentação contábil da devedora e das divergências apresentadas pelos credores".

Por sua vez, o Juízo Auxiliar em Execução da Vara do Trabalho de São Paulo/SP afirmou que, de fato, determinou que os valores devidos à suscitante por diversas empresas fossem depositados em juízo, mas que, com o intuito de manutenção do funcionamento da empresa, sempre deferiu os pedidos de liberação de verbas solicitadas para continuidade das suas operações.

Acrescentou que "não houve descumprimento de ordem por parte deste Juízo. Em 24/05/2019 foi exarada a determinação de sobrestamento dos atos constritivos

# *Superior Tribunal de Justiça*

e em 04/06/2019 foi emitido ofício (Ofício 88/2019) à 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro solicitando informações acerca da conta judicial para a qual deveriam ser transferidos os valores penhorados. Entretanto, somente em 05/08/2019 foi que houve resposta daquele juízo com as informações necessárias ao cumprimento da ordem. Asseverou, ainda, que "acerca do pedido de liberação de veículos apresentado pela Green Life na mesma petição de 05/08/2019 em que foi informada a conta corrente pelo juízo da recuperação judicial, informo que as restrições foram impostas por diversas outras varas do trabalho deste Regional, de forma que a empresa deve diligenciar em cada uma delas a retirada das restrições, uma vez que nenhuma das restrições relacionadas foram efetuadas por este Juízo Auxiliar em Execução".

Desse modo, necessária se faz a confirmação da liminar, a fim de que não sejam praticados atos de constrição de bens ou valores da suscitante durante o curso da recuperação judicial.

Em face do exposto, confirmo a liminar deferida e, com fundamento no artigo 957 do Código de Processo Civil de 2015, conheço do conflito para declarar competente para qualquer ato de constrição ou alienação de bens ou valores da suscitante, na execução referida nos autos, o Juízo de Direito da 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora